

PROVA  
**S04 V**  
TARDE

ATENÇÃO: VERIFIQUE SE  
CÓDIGO E PROVA DESTE  
CADERNO DE QUESTÕES  
CONFEREM COM O SEU  
CARTÃO DE RESPOSTAS

ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE VÁRZEA GRANDE

## CARGO: CONTADOR

FRASE PARA EXAME GRAFOTÉCNICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

*“A primeira condição para se realizar alguma coisa, é não querer fazer tudo ao mesmo tempo.”*

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

1. Este **Caderno de Questões** contém questões de múltipla escolha, cada uma com 5 opções A, B, C, D e E.
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
  - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
  - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar este Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar este **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova neste **Caderno de Questões** e no **Cartão de Respostas**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site [www.funcab.org](http://www.funcab.org), conforme estabelecido no Cronograma.

**BOA PROVA!**

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

### Amores silenciosos

#### A gente se declara apaixonado porque está apaixonado ou pelo prazer de se apaixonar?

Fazer e receber declarações de amor é quase sempre prazeroso. O mesmo vale, aliás, para todos os sentimentos: mesmo quando dizemos a alguém, olho no olho, “Eu te odeio”, o medo da brutalidade de nossas palavras não exclui uma forma selvagem de prazer.

De fato, há um prazer na própria intensidade dos sentimentos; por isso, desconfio um pouco das palavras com as quais os manifestamos. Tomando o exemplo do amor, nunca sei se a gente se declara apaixonado porque, de fato, ama ou, então, diz que está apaixonado pelo prazer de se apaixonar.

Simplificando, há duas grandes categorias de expressões: constatativas e performativas.

Se digo “Está chovendo”, a frase pode ser verdadeira se estamos num dia de chuva ou falsa se faz sol; de qualquer forma, mentindo ou não, é uma frase que descreve, constata um fato que não depende dela.

Se digo “Eu declaro a guerra”, minha declaração será legítima se eu for imperador ou será um capricho da imaginação se eu for simples cidadão; de qualquer forma, capricho ou não, é uma frase que não constata, mas produz (ou quer produzir) um fato. Se eu tiver a autoridade necessária, a guerra estará declarada porque eu disse que declarei a guerra. Minha “performance” discursiva é o próprio acontecimento do qual se trata (a declaração de guerra).

Pois bem, nunca sei se as declarações de amor são constatativas (“Digo que amo porque constato que amo”) ou performativas (“Acabo amando à força de dizer que amo”). E isso se aplica à maioria dos sentimentos.

Recentemente, uma jovem, por quem tenho estima e carinho, confiava-me sua dor pela separação que ela estava vivendo. Ao escutá-la, eu pensava que expressar seus sentimentos devia ser, para ela, um alívio, mas que, de uma certa forma, seria melhor se ela não falasse. Por quê?

Justamente, era como se a falta do namorado (de quem ela tinha se separado por várias e boas razões), a sensação de perda etc. fossem intensificadas por suas palavras, e talvez mais que intensificadas: produzidas.

É uma experiência comum: externamos nossos sentimentos para vivê-los mais intensamente – para encontrar as lágrimas que, sem isso, não jorrariam ou a alegria que talvez, sem isso, fosse menor. Nada contra: sou a favor da intensidade das experiências, mesmo das dolorosas. Mas há dois

problemas.

O primeiro é que o entusiasmo com o qual expressamos nossos sentimentos pode simplificá-los. Ao declarar meu amor, por exemplo, esqueço conflitos e nuances. No entusiasmo do “te amo”, deixo de lado complementos incômodos (“Te amo, assim como amo outras e outros” ou “Te amo, aqui, agora, só sob este céu”) e adversativas que atrapalhariam a declaração com o peso do passado ou a urgência de sonhos nos quais o amor que declaro não se enquadra.

O segundo problema é que nossa verbosidade amorosa atropela o outro. A complexidade de seus sentimentos se perde na simplificação dos nossos, e sua resposta (“Também te amo”), de repente, não vale mais nada (“Eu disse primeiro”).

Por isso, no fundo, meu ideal de relação amorosa é silencioso, contido, pudico.

[...]

(CALLIGARIS, Contardo. *Folha de São Paulo*, 26 jun. 2008.)

#### Questão 01

De acordo com o texto, a frase “Naquele dia eu declarei a guerra” NÃO é performativa porque:

- A) produz ou quer produzir um fato.
- B) é o próprio acontecimento do qual se trata.
- C) ao ser enunciada ela não realiza um ato.
- D) a pessoa que declara a guerra tem autoridade para isso.
- E) a declaração pode ou não ser legítima.

#### Questão 02

“No entusiasmo do “te amo”, deixo de lado complementos incômodos (“Te amo, assim como amo outras e outros” ou “Te amo, aqui, agora, só sob este céu”) e adversativas que atrapalhariam a declaração com o peso do passado ou a urgência de sonhos nos quais o amor que declaro não se enquadra.” (parágrafo 10)

Todas as alternativas abaixo apresentam possíveis adversativas que atrapalhariam a declaração “Eu te amo”, EXCETO:

- A) “Eu te amo, mas não posso continuar com você.”
- B) “Eu te amo, todavia não quero compromisso.”
- C) “Eu te amo, no entanto quero outras experiências.”
- D) “Eu te amo, porém sou muito jovem para isso.”
- E) “Eu te amo, portanto invisto nesse amor.”

Questão 03

Para o autor, externar um sentimento como o amor pode ser um problema porque:

- A) podemos acabar simplificando esse sentimento, deixando de lado conflitos e nuances incômodas que estão presentes nele.
- B) ao simplificarmos nosso sentimento, amedrontamos o outro, fazendo com que ele recue e também simplifique seus sentimentos.
- C) ao externarmos os sentimentos de amor, usamos palavras que intensificam-no e provocam desconfiança no outro, levando-o à paixão.
- D) ao fazermos declarações de amor, o medo da brutalidade de nossas palavras excluem a possibilidade de sofrimento.
- E) podemos declarar o prazer de amar e, assim, estimular o amor do outro, provocando a constatação do amor.

Questão 04

Com base no período “De fato, há um prazer na própria intensidade dos sentimentos; por isso, desconfio um pouco das palavras com as quais os manifestamos.”, analise os itens a seguir:

- I. O sujeito do verbo “haver” é oracional.
- II. O objeto indireto da forma verbal “desconfio” é: DAS PALAVRAS.
- III. O pronome oblíquo OS age como objeto direto de MANIFESTAMOS.

Assinale:

- A) se somente I e II estiverem corretos.
- B) se somente II e III estiverem corretos.
- C) se somente I e III estiverem corretos.
- D) se somente II estiver correto.
- E) se somente I estiver correto.

Questão 05

“É uma experiência comum: externamos nossos sentimentos para vivê-los mais intensamente – para encontrar as lágrimas que, sem isso, não jorriam ou a alegria que talvez, sem isso, fosse menor.”

Em relação ao trecho após o travessão, é correto afirmar que:

- A) constitui uma explicação do sentido do termo imediatamente anterior.
- B) constitui uma retificação da ideia anteriormente exposta.
- C) explica, através da metalinguagem, o valor semântico do termo anterior.
- D) aponta uma ampliação significativa do exposto imediatamente antes.
- E) provoca ratificação da ideia inicialmente exposta.

Questão 06

Dos comentários seguintes, todos referentes a fatos lingüísticos do texto, o único correto é:

- A) Em “Tomando o exemplo do amor, nunca SEI se a gente se DECLARA apaixonado...”, ambos os verbos em destaque, estão no presente, indicando uma ação pontual que pode ocorrer no momento da enunciação.
- B) A conjunção que inicia o parágrafo 4, “Se digo 'Está chovendo', a frase pode ser verdadeira...”, é subordinada substantiva subjetiva.
- C) O último período do texto, além de outras características, possui uma locução adverbial e três adjetivos.
- D) Se alterarmos a posição do adjetivo no trecho “...SELVAGEM de prazer.”, para “de prazer SELVAGEM”, haverá mudança morfológica, mas o sentido permanecerá inalterado.
- E) No fragmento “DE FATO, há um prazer na própria intensidade dos sentimentos...”, os elementos em destaque podem ser substituídos, sem prejuízo para o sentido, pelo advérbio DEVERAS.

Questão 07

Em "...externamos nossos sentimentos para vivê-los mais INTENSAMENTE" e "Os amores silenciosos podem provocar o CHORO", as palavras destacadas são formadas, respectivamente, a partir de processos de:

- A) derivação sufixal e composição por justaposição.
- B) composição por justaposição e derivação regressiva.
- C) derivação sufixal e derivação regressiva.
- D) derivação regressiva e derivação parassintética.
- E) derivação parassintética e derivação prefixal.

Questão 08

"O primeiro é QUE o entusiasmo com o qual expressamos nossos sentimentos pode simplificá-los. Ao declarar meu amor, por exemplo, esqueço conflitos e nuances. No entusiasmo do "te amo", deixo de lado complementos incômodos ("Te amo, assim como amo outras e outros" ou "Te amo, aqui, agora, só sob este céu") e adversativas QUE atrapalhariam a declaração com o peso do passado ou a urgência de sonhos nos quais o amor QUE declaro não se enquadra."

As ocorrências da palavra QUE no trecho acima devem ser classificadas, respectivamente como:

- A) conjunção subordinativa – conjunção integrante – pronome relativo.
- B) pronome relativo – conjunção subordinativa – conjunção integrante.
- C) conjunção subordinativa – conjunção subordinativa – pronome relativo.
- D) pronome relativo – pronome relativo – pronome relativo.
- E) conjunção integrante – pronome relativo – pronome relativo.

Questão 09

Assinale a alternativa que apresente análise coerente com o período "Digo QUE amo porque constato QUE amo".

- A) A repetição da palavra QUE constitui caso de vício de linguagem, assim como a repetição da forma verbal "AMO".
- B) A primeira oração possui sujeito indeterminado e verbo transitivo direto e indireto.
- C) O fragmento se constrói em um universo semântico que vai mostrando alternativas para o amor, constatadas pelas conjunções coordenativas QUE ... QUE.
- D) O período é formado por quatro orações, sendo que a 2ª e a 4ª são subordinadas substantivas objetivas diretas.
- E) Quanto à predicação verbal, os verbos que compõem esse período são intransitivos.

Questão 10

Dos sinônimos sugeridos para as palavras destacadas nos seguintes fragmentos do texto, o único adequado ao contexto é:

- A) "...CONFIAVA-me sua dor pela separação..." (contava-me)
- B) "TOMANDO o exemplo do amor..." (Criticando)
- C) "JUSTAMENTE, era como se a falta do namorado..." (Contrariamente)
- D) "POIS BEM, nunca sei se as declarações..." (Às vezes)
- E) "...nossa VERBORRAGIA amorosa atropela o outro." (criatividade)

Questão 11

Assinale a alternativa em que se passou, corretamente, o verbo do trecho "...o medo da brutalidade de nossas palavras não exclui uma forma selvagem de prazer." para a voz passiva analítica.

- A) "...uma forma selvagem de prazer não foi excluída pelo medo de nossas palavras."
- B) "...uma forma selvagem de prazer não é excluída pelo medo de nossas palavras."
- C) "...uma forma selvagem de prazer não fora excluída pelo medo de nossas palavras."
- D) "...uma forma selvagem de prazer não seja excluída pelo medo de nossas palavras."
- E) "...uma forma selvagem de prazer não fosse excluída pelo medo de nossas palavras."

Questão 12

Assinale a frase em que a colocação do pronome pessoal oblíquo destacado NÃO obedece às normas do português padrão.

- A) Esses amores silenciosos alcançam-NOS todos os dias.
- B) Disseram-ME muito sobre os amores, resta agora a vocês oferecerem-nos à pessoa amada.
- C) Ele evitava os amores!... Ter-LHE-iam falado de suas dores?
- D) O que LHE restava era amar silenciosamente.
- E) Fostes alertado a manter os silêncios amorosos e cumpriste-NO com eficácia.

Questão 13

Assinale a alternativa em que a regência verbal NÃO siga o padrão culto de linguagem.

- A) O autor prefere os amores silenciosos do que os declarados.
- B) As expressões constatativas simplificam os amores.
- C) Expressamos nossos sentimentos ao outro com muito entusiasmo.
- D) O “Eu te amo” extravasa sentimentos.
- E) O silêncio implica em sentimento.

Questão 14

Em “A gente SE declara apaixonado porque está apaixonado ou pelo prazer de SE apaixonar?”, a palavra SE exerce, respectivamente, a função de:

- A) partícula apassivadora – índice de indeterminação do sujeito.
- B) pronome recíproco – índice de indeterminação do sujeito.
- C) pronome integrante do verbo – pronome integrante do verbo.
- D) índice de indeterminação do sujeito – pronome expletivo.
- E) pronome de realce – pronome integrante do verbo.

Questão 15

Assinale a alternativa em que tenha havido uma troca da palavra correta por outra, provocando INADEQUAÇÃO de sentido na frase.

- A) A intensidade dos amores silenciosos ratificava o prazer da paixão.
- B) A complexidade de seus sentimentos cevava o amor.
- C) Emergia dele o amor silencioso, contido, pudico.
- D) Os amores vultuosos provocam emoções.
- E) Os amores silenciosos surgem com muita intensão.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Questão 16

Nos termos da Constituição Federal, a apreciação, pelo Poder Judiciário, de lesão ou ameaça a direito:

- A) poderá ser excluída por lei, por decreto, ou a critério da autoridade policial.
- B) poderá ser excluída apenas por previsão legal expressa.
- C) não poderá ser excluída por lei.
- D) poderá ser excluída por lei, salvo em se tratando de direito penal.
- E) poderá ser excluída por lei ou por Decreto Administrativo devidamente fundamentado.

Questão 17

Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

- A) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- B) Ninguém pode reunir-se, ainda que pacificamente e sem armas, em locais abertos ao público, sem prévia autorização da autoridade competente.
- C) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou prévio aviso à autoridade competente.
- D) Todos podem reunir-se pacificamente, com ou sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- E) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e obtenham autorização concedida após prévio aviso à autoridade competente.

Questão 18

Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira são considerados:

- A) brasileiros naturalizados.
- B) brasileiros natos.
- C) estrangeiros naturalizados.
- D) apátridas.
- E) brasileiros desnacionalizados.

Questão 19

A respeito da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:

- A) O servidor público responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo ou culpa.
- B) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.
- C) A responsabilidade do Estado perante terceiros é considerada subjetiva, isto é, depende de prova da culpa do Estado.
- D) O Estado não responde perante terceiros por atos de seus servidores, os quais respondem pessoalmente.
- E) O Estado somente responde por atos dolosos ou culposos de seus servidores após verificada a culpa do ente público na escolha do servidor.

Questão 20

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Várzea Grande – Lei Municipal nº 1.164/91, o direito do servidor requerer aos Poderes Públicos em defesa de direito ou interesse legítimo relativo aos atos de demissão ou de cassação de aposentadoria prescreve em:

- A) 120 dias.
- B) 1 ano.
- C) 2 anos.
- D) 5 anos.
- E) 10 anos.

INFORMÁTICA BÁSICA

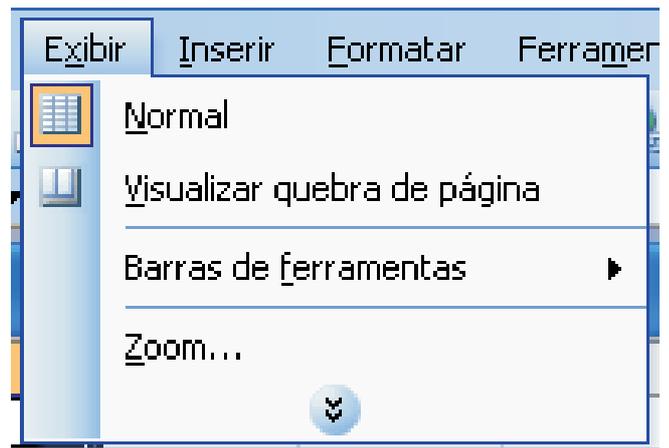
Questão 21

A Navegação Privada é um recurso presente em alguns navegadores contemporâneos que habilita no navegador recursos de privacidade que permitem ao usuário navegar na Internet sem deixar resquícios de informações, EXCETO:

- A) sites visitados.
- B) senhas.
- C) textos digitados em caixas de textos, formulário ou campos de pesquisa.
- D) listas de *downloads* realizados.
- E) o anonimato de quem navegou para fornecedores de serviços internet e para os próprios sites visitados.

Questão 22

No Microsoft Office Word 2003, o ícone  exibido na imagem abaixo:



- A) recolhe o menu, escondendo suas opções.
- B) expande o menu, exibindo os comandos do menu utilizados com menor frequência.
- C) exhibe as opções de zoom da tela.
- D) exhibe tela de ajuda referente às opções do menu.
- E) ativa as funções de acessibilidade.

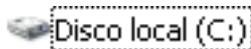
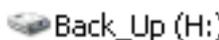
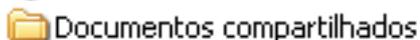
Questão 23

A área de trabalho do Windows XP é a principal área exibida na tela quando você liga o computador. É INCORRETO afirmar que:

- A) ao clicar com o botão direito do mouse em uma área vazia da área de trabalho e selecionar a opção Exibir > Organizar Automaticamente, o Windows empilha os ícones no canto superior esquerdo e os bloqueia nessa posição.
- B) ao clicar com o botão direito do mouse em um documento ou programa no Windows Explorer e selecionar a opção Enviar para > Área de Trabalho (criar atalho), um ícone de atalho será exibido na área de trabalho.
- C) é possível ocultar temporariamente todos os ícones da área de trabalho sem removê-los.
- D) o Windows permite alterar o plano de fundo da área de trabalho, também denominado papel de parede.
- E) a área de trabalho fica na parte inferior da tela e mostra quais programas estão em execução, permitindo ainda que você alterne entre eles.

Questão 24

No Microsoft Office Excel 2003, na caixa de diálogo "Salvar como", a pasta a ser selecionada para exibir as opções de locais abaixo é:

-  Disco local (C:)
-  Disco removível (D:)
-  Disco removível (E:)
-  Disco removível (F:)
-  Disco removível (G:)
-  Back\_Up (H:)
-  Unidade de DVD-RAM (I:)
-  Documentos compartilhados
-  Administrador - documentos

- A) Documentos Recentes.
- B) Área de trabalho.
- C) Meus Documentos.
- D) Meu Computador.
- E) Meus locais de rede.

Questão 25

No Microsoft Office Word 2003, o ícone que representa uma função de formatação de fonte é:

- A) 
- B) 
- C) 
- D) 
- E) 

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 26

Conforme os Princípios de Contabilidade aprovados pela Resolução CFC nº 750/93 e alterações posteriores, é correto afirmar que:

- A) a observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão, mas não constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).
- B) na aplicação dos Princípios de Contabilidade em situações concretas, os aspectos formais devem prevalecer sobre a essência das transações.
- C) são Princípios de Contabilidade: o da Entidade; o da Continuidade; o da Oportunidade; o do Registro pelo Valor Original; o da Atualização Monetária; o da Competência e o da Prudência.
- D) o Princípio da Oportunidade determina que a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, portanto é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.
- E) conforme determina o Princípio do Registro pelo Valor Original, a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da impositão destes.

Questão 27

De acordo com o explanado no livro “Dívida Pública: A experiência brasileira”, da Secretaria do Tesouro Nacional, baseado no que é determinado pela Lei nº 4.320/64 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pode-se afirmar a respeito da dívida pública que:

- A) o montante total das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, compõe a dívida flutuante.
- B) o montante total da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 meses compõe a dívida flutuante.
- C) a dívida pública é o resultado da soma das dívidas flutuante, fundada, consolidada interna e externa e os Restos a Pagar de exercícios anteriores.
- D) os Restos a Pagar e os serviços da dívida a pagar compõem a dívida fundada.
- E) os passivos cujo pagamento, amortização ou resgate dependem de dotação na Lei Orçamentária Anual são dívidas fundadas.

Questão 28

De acordo com a Resolução CFC nº 1.282/10 que atualizou e consolidou os dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, assinale a base de mensuração cuja definição está correta.

- A) Valor presente – ativos reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Passivos reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.
- B) Custo corrente – ativos mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada, e passivos mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade.
- C) Valor realizável – ativos mantidos pelo valor na data da demonstração, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade e passivos mantidos pelo valor atual, na data da demonstração, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade.
- D) Valor justo – valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.
- E) Atualização monetária – efeitos da alteração do poder aquisitivo de moeda estrangeira reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Questão 29

Indique qual afirmação descreve corretamente a determinação da norma aprovada pela Resolução CFC nº 1.303/10, no que se refere à contabilização de software (programa de computador).

- A) O valor pago na aquisição de um software, por ser um bem incorpóreo, deve ser registrado em uma conta do Ativo Intangível.
- B) Quando bens incorpóreos, como softwares, estão contidos em elementos que possuem substância física (elementos tangíveis) devem ser tratados conjuntamente como Ativo Imobilizado.
- C) Um software específico de uma máquina-ferramenta controlada por computador, a qual não funciona sem esse software, é considerado parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como Ativo Imobilizado.
- D) Considerando o histórico de rápidas alterações na tecnologia, software é algo altamente suscetível à obsolescência tecnológica, portanto gastos com sistemas operacionais de computadores devem ser registrados como despesas, não constando do Ativo Intangível.
- E) A adoção das normas internacionais de contabilidade excluiu o grupo do Intangível do Ativo Não Circulante, portanto software é registrado no Imobilizado conjuntamente com o bem corpóreo ao qual está integrado ou deve ser registrado como Despesa do exercício quando não integrado a um determinado bem.

Questão 30

De acordo com a norma aprovada pela Resolução CFC nº 1.304/10, um contrato de arrendamento mercantil com um prazo de vigência de 6 anos, sem opção de compra, cujo bem arrendado tem uma vida útil estimada de 10 anos deve ser contabilizado pela empresa arrendatária como um arrendamento mercantil:

- A) operacional, portanto reconhecendo ativos e passivos pelo valor justo do bem arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, descontado à taxa de desconto semelhante à utilizada no contrato, e mensalmente sendo realizado o registro da depreciação, tomando por base o período de vida útil do bem.
- B) financeiro, portanto reconhecendo ativos e passivos pelo valor justo do bem arrendado, e mensalmente sendo realizado o registro dos juros aplicáveis, ajustando seu valor respectivo no passivo e sua depreciação, tomando por base o período de vigência do contrato de arrendamento.
- C) operacional, portanto reconhecendo ativos e passivos pelo valor justo do bem arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, descontado à taxa de desconto semelhante à utilizada no contrato, e mensalmente sendo realizado o registro da depreciação, tomando por base o período de vigência do contrato de arrendamento.
- D) operacional, portanto reconhecendo mensalmente os valores pagos como despesas de arrendamento, tendo em vista que a propriedade do bem não será transferida para a empresa arrendatária.
- E) financeiro, portanto reconhecendo ativos e passivos pelo valor justo do bem arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, descontado à taxa de desconto semelhante à utilizada no contrato, e mensalmente sendo realizado o registro da depreciação tomando por base o período de vigência do contrato.

Questão 31

Uma aquisição de mercadoria importada para revenda na qual foram pagos em valores convertidos em reais uma quantia de R\$ 20.000,00 para a empresa estrangeira, R\$ 2.000,00 de Imposto de Importação, R\$ 2.500,00 de frete e R\$ 600,00 de taxa pela utilização temporária dos armazéns do porto (pelo período entre a entrada no porto e a retirada da mercadoria), resulta em um lançamento de entrada no estoque de mercadorias vendidas no valor de:

- A) R\$ 20.000,00.
- B) R\$ 25.100,00.
- C) R\$ 22.000,00.
- D) R\$ 22.500,00
- E) R\$ 24.500,00.

Questão 32

O Artigo 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – determina que serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto nos Artigos 16 e 17, os quais tratam respectivamente da “criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa” e da “Despesa Obrigatória de Caráter Continuado”. As exigências contidas nos respectivos artigos da LRF são:

- A) previamente à emissão do empenho e realização da licitação, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete em aumento da despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos exercícios subsequentes, assim como de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, serem compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.
- B) os atos que criarem ou aumentarem despesas correntes legalmente obrigatórias e de caráter continuado deverão ser instruídos com estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, assim como declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

- C) os atos que resultarem na criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa devem ser subsidiados, previamente à emissão do empenho e à realização da licitação, de uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- D) os atos que criarem ou aumentarem despesas de capital legalmente obrigatórias de caráter continuado deverão ser subsidiados com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, assim como de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, serem compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.
- E) os atos que criarem ou aumentarem despesas correntes obrigatórias por força de lei, com caráter continuado com período de execução superior a dois exercícios, serão acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes após realização da licitação, previamente à emissão do empenho e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Questão 33

O princípio constitucional da exclusividade da lei orçamentária é decorrente do texto expresso no Parágrafo 8º do Artigo 165 da Constituição Federal. O referido princípio determina que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, entretanto o texto constitucional associado à Lei nº 4.320/64 permite que se possa incluir na lei orçamentária a autorização para:

- A) abertura de um valor limitado de créditos adicionais destinados ao reforço de dotação orçamentária suplementar, desde que precedida de exposição de justificativa e comprovada a existência de recursos disponíveis para cobrir as despesas decorrentes.
- B) abertura de créditos adicionais, de qualquer valor, destinados para reforço de dotação orçamentária suplementar, desde que precedida de exposição de justificativa e comprovada a existência de recursos disponíveis para cobrir as despesas decorrentes.
- C) abertura de créditos adicionais especiais, de qualquer valor, desde que precedida de exposição de justificativa e comprovada a existência de recursos disponíveis para cobrir as despesas decorrentes.
- D) abertura de créditos adicionais extraordinários, de qualquer valor, destinados para reforço de dotação orçamentária, desde que precedida de exposição de justificativa.
- E) abertura de um valor limitado de créditos adicionais destinados para reforço de dotação orçamentária suplementar ou especial, desde que precedida de exposição de justificativa e comprovada a existência de recursos disponíveis para cobrir as despesas decorrentes.

Questão 34

A empresa Alfa, em virtude de estratégias relacionadas à ampliação dos negócios, investiu um montante de R\$ 80.000,00 em março de 2010 na empresa Beta, sua principal fornecedora de matéria-prima, o que correspondia a 5% do Patrimônio Líquido de Beta. Alfa não possuía diretamente ou indiretamente direitos de sócio que lhe assegurassem preponderância nas deliberações sociais ou poder de eleger a maioria dos administradores, contudo o vice-presidente da empresa Alfa desde então passou a participar do Conselho de Administração da empresa Beta. Em dezembro de 2010, a empresa Beta apurou um lucro de R\$ 100.000,00. Embora Alfa não tenha intenção de vender sua participação em Beta, recebeu uma oferta de R\$ 84.000,00 pela venda desse investimento. A empresa Alfa irá apresentar as demonstrações contábeis consolidadas com outras empresas controladas e coligadas. Baseado nas informações anteriormente descritas, indique qual alternativa apresenta corretamente o saldo resultante da correta contabilização na empresa Alfa do montante que deverá estar registrado, após realizar todos seus lançamentos contábeis, conforme as regras de mensuração vigentes (Lei nº 6.404/76 e normas emitidas pelo CFC) referente ao valor investido na empresa Beta, antes de realizar as exclusões decorrentes da consolidação.

- A) R\$ 85.000,00 em Investimentos.
- B) R\$ 84.000,00 em Investimentos.
- C) R\$ 80.000,00 em Investimentos.
- D) R\$ 84.000,00 no Ativo Circulante.
- E) R\$ 80.000,00 no Ativo Circulante.

Questão 35

De acordo com a norma aprovada pela Resolução CFC nº 1292/10, é correto afirmar sobre os procedimentos que devem ser realizados quando da necessidade de analisar e ajustar os valores dos ativos ao seu valor recuperável:

- A) O ativo deve ser ajustado ao valor de mercado quando seu valor contábil é superior ao valor do mercado.
- B) Se houver indícios de desvalorização de um Ativo Imobilizado, é recomendável rever a vida útil restante e o método de depreciação ou o valor residual, podendo ser revisados mesmo que nenhuma perda por desvalorização seja reconhecida.
- C) Independentemente de existir ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de seus ativos permanentes.
- D) Se cálculos prévios indicam que o valor recuperável de um ativo é significativamente maior do que seu valor contábil, a entidade deve necessariamente estimar novamente o valor recuperável do ativo.
- E) Os Ativos Intangíveis não necessitam ter seus valores revistos para fins de estimativa de valores recuperáveis.

Questão 36

O Artigo 74 da Constituição Federal determina que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, um sistema com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos, comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, e exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, direitos e haveres. Essas atribuições são dadas a que sistema?

- A) Sistema de Controle Externo.
- B) Sistema Integrado de Administração Financeira.
- C) Sistema de Tribunais de Contas.
- D) Sistema de Controladoria Geral da União.
- E) Sistema de Controle Interno.

Questão 37

Uma determinada prefeitura realizou uma parceria com uma empresa privada no ano de 2009, com o objetivo de construir e operar um hospital. A prefeitura investiu R\$ 2.000.000,00 e a empresa privada investiu outros R\$ 2.000.000,00. O hospital, que atende tanto pelo SUS quanto através de convênios com planos de saúde, iniciou suas atividades no início de 2010 e, para garantir o interesse público, a Secretaria Municipal de Saúde mantém um representante na direção do hospital. A atividade hospitalar vem sendo rentável e o Patrimônio Líquido do hospital, iniciado com os R\$ 4.000.000,00 da implantação, já passou para R\$ 4.300.000,00 no final de 2010, com a incorporação do lucro obtido. Estima-se que nos próximos oito anos, até a extinção da parceria, o hospital seja capaz de gerar um fluxo de caixa (entradas descontadas as saídas) ajustado a valor presente na importância de R\$ 4.250.000,00 – descontado a uma taxa de juros compatível com as praticadas na emissão de títulos da prefeitura. Assinale a alternativa que demonstra o correto registro contábil na prefeitura, no final de 2010, dos valores relacionados com o hospital, conforme determina a norma aprovada pela Resolução CFC nº 1.137/2008.

- A) Os R\$ 2.000.000,00 foi o valor gasto em 2009 a título de Despesa de Capital. Esse montante passou a pertencer ao hospital, portanto não há impacto da transação nos saldos das contas patrimoniais da Prefeitura no final de 2010.
- B) O hospital é registrado como um bem público, portanto não é registrado nos Ativos da Prefeitura.
- C) A parcela do hospital fica registrada pelo valor de aquisição ou pelo valor de produção e construção, ou seja, esse ativo fica registrado por R\$ 2.000.000,00.
- D) O valor do investimento será registrado pelo seu potencial de serviços ou pelos benefícios econômicos futuros no valor de R\$ 4.250.000,00.
- E) O valor do investimento será registrado pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, R\$ 2.150.000,00.

Questão 38

Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que apresenta um conjunto de receitas contidas na classificação econômica de Receitas de Capital.

- A) De recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; todos os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.
- B) De tributos, de contribuições patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.
- C) Patrimoniais, agropecuárias, industriais, e ainda as provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos, recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Capital.
- D) De recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- E) Patrimoniais, de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

Questão 39

A partir do Artigo 100 da Lei nº 4.320/64, pode-se observar que o conjunto dos resultados, positivos ou negativos da execução orçamentária, somado às alterações patrimoniais independentes da execução orçamentária e as superveniências e insubsistências ativas ou passivas, compõem:

- A) o aumento do patrimônio do ente governamental.
- B) o superávit ou déficit primário.
- C) as alterações da situação líquida patrimonial.
- D) o excesso de arrecadação ou déficit de previsão.
- E) as transferências correntes.

Questão 40

Conforme disposto na Lei nº 4.320/64, é correto afirmar que a Dívida Ativa é:

- A) composta pelos valores devidos a outro ente governamental, portanto fica registrada no passivo daquele ente que está devendo e no ativo do que tem o direito de receber ou descontar tal montante.
- B) a receita de natureza tributária ou não tributária recebida nos exercícios posteriores que, em virtude do regime misto (de caixa para as Receitas e de Competência para as Despesas), resultam no lançamento da receita apenas na ocasião do seu recebimento.
- C) o conjunto de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, que serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias, incluindo os juros e multas adicionais relativos aos tributos.
- D) o total da dívida do ente da federação, apresentada em demonstração financeira por ocasião da divulgação do Balanço Patrimonial da entidade.
- E) o conjunto de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, que são escriturados como receita do exercício em que tenham sido arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias, excluindo-se os juros e multas adicionais relativos aos tributos.

Questão 41

Um veículo foi adquirido por uma prefeitura por R\$ 110.000,00 em maio de 2011. Em seguida, foi submetido a um processo de customização que custou R\$ 10.000,00 (para ter estampado em sua lataria o símbolo estilizado da Copa do Mundo de Futebol). A partir de julho de 2011, passou então a ser utilizado pela prefeitura e assim permanecerá até junho de 2014. Em julho de 2014 será leiloado pelo prefeito, antes do jogo do Brasil que ocorrerá naquela cidade. Estima-se que naquela data o veículo valerá em torno de R\$ 60.000,00. Considerando que a prefeitura adota o método linear de depreciação e que seus procedimentos contábeis são realizados de acordo com as melhores práticas contábeis previstas nas normas emitidas pelo CFC, o montante registrado referente ao veículo em dezembro de 2011, deduzido de sua respectiva depreciação acumulada, será de:

- A) R\$ 108.000,00.
- B) R\$ 110.000,00.
- C) R\$ 114.000,00.
- D) R\$ 101.666,67.
- E) R\$ 104.000,00.

Questão 42

Conforme os aspectos legais de classificação das Receitas Públicas vigente, uma Receita Patrimonial é uma:

- A) Alienação de Bens Móveis ou Imóveis.
- B) Receita Extraorçamentária.
- C) Receita de Capital.
- D) Receita Corrente.
- E) Transferência Intragovernamental.

Questão 43

Analisando os valores apresentados no Balanço Financeiro do ano de 2008 da Prefeitura Alfa, o Contador identificou um montante de R\$ 150.000,00 a título de Restos a Pagar na coluna das Receitas, sob o título de Extraorçamentária. Baseado nas determinações legais então vigentes, podemos afirmar que os R\$ 150.000,00 ali apresentados se referem:

- A) ao montante inscrito em Restos a Pagar processados no ano de 2008.
- B) ao montante pago de Restos a Pagar processados de 2007.
- C) à parcela cancelada dos Restos a Pagar de 2007.
- D) ao montante inscrito em Restos a Pagar processados e não processados de 2008.
- E) ao montante pago de Restos a Pagar processados e não processados de 2007.

Questão 44

Para se controlar os gastos públicos, as despesas são classificadas de tal maneira que seja possível identificar como estão sendo realizados os gastos dos recursos públicos. De acordo com Silva, Lino Martins em seu livro "Contabilidade Governamental", é correto afirmar que a codificação:

- A) do programa de trabalho permite identificar a categoria econômica da despesa e sua modalidade de aplicação.
- B) da natureza da despesa permite identificar a modalidade de aplicação da despesa e a fonte dos recursos.
- C) do programa de trabalho permite identificar o órgão e a unidade orçamentária responsável pelo gasto, a função e o programa ou atividade a que se refere.
- D) da natureza da despesa permite identificar a categoria econômica, a modalidade de aplicação e o programa ou atividade a que se refere.
- E) do programa de trabalho permite identificar a função, subfunção, o programa ou atividade e o elemento de despesa.

Questão 45

As emendas ao projeto de lei do orçamento e os projetos que o modifiquem, de acordo com o Artigo nº 166 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, poderão ser aprovados se indicarem as fontes dos recursos necessários, admitidos os provenientes de:

- A) novas operações de crédito.
- B) anulação de dotações de despesas de pessoal.
- C) anulação de dotações de despesas de serviço da dívida.
- D) anulação de dotações de despesas de transferências tributárias constitucionais para outros entes.
- E) anulação de dotações de despesas de Outras Despesas Correntes – Material de consumo.

Questão 46

Conforme especificado por Silva, Lino Martins em seu livro "Contabilidade Governamental":

- A) Despesas extraorçamentárias são os gastos com despesas que não foram previstas na Lei do Orçamento.
- B) Despesas extraorçamentárias são relacionadas à restituição de valores ingressados anteriormente.
- C) Despesas orçamentárias são todo e qualquer desembolso de recursos do governo.
- D) Despesas orçamentárias referem-se ao conjunto de desembolso para fornecedores de bens e serviços e pagamento de pessoal durante o exercício.
- E) Despesas extraorçamentárias são os gastos que se relacionam com orçamentos anteriores, portanto sem vínculo com o orçamento do ano.

Questão 47

Em uma Demonstração dos Fluxos de Caixa, a movimentação financeira decorrente das transações de venda de um veículo que era utilizado pela diretoria, do resgate de uma aplicação financeira de longo prazo (não equivalente à caixa), do pagamento de dividendos, da compra de mercadoria para venda (em uma empresa comercial) estão apresentadas respectivamente em:

- A) Atividade de financiamento, Atividade de investimento, Atividade de financiamento, Atividade operacional.
- B) Atividade de financiamento, Atividade operacional, Atividade operacional, Atividade operacional.
- C) Atividade de financiamento, Atividade operacional, Atividade de financiamento, Atividade operacional.
- D) Atividade de investimento, Atividade de investimento, Atividade de financiamento e Atividade operacional.
- E) Atividade operacional, Atividade de investimento, Atividade de investimento, Atividade de financiamento.

Questão 48

As operações de crédito por antecipação de receita possuem limites legais para sua realização. Assinale a alternativa que apresenta algumas exigências constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal para a realização dessas operações.

- A) Autorização prévia do legislativo, ser realizada a partir de dez dias da data de início do exercício e liquidadas até o dia 10 de dezembro do mesmo ano, cobrança de juros pré-fixados ou indexados à taxa básica financeira.
- B) Autorização prévia do legislativo, cobrança de juros inferiores à taxa SELIC, ser realizada entre o segundo ano e o último ano do mandato do titular do Poder Executivo.
- C) realizada entre o primeiro e o penúltimo ano do mandato do titular do Poder Executivo, as operações semelhantes anteriores devem estar quitadas e a cobrança de juros e taxa administrativa devem ser compatíveis com as cobradas no mercado.
- D) cobrança de juros inferiores à taxa de SELIC, estar com a dívida consolidada em um montante inferior ao respectivo limite fixado, e ocorrer entre o primeiro e o terceiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo.
- E) cobrança de juros inferiores à taxa básica de juros, estar com a dívida consolidada em um montante inferior ao respectivo limite fixado e sua liquidação até o dia 10 de dezembro do último ano do mandato do titular do Poder Executivo.

Questão 49

A respeito das Receitas e Despesas Públicas é correto afirmar que os estágios da:

- A) Receita são: estimativa, recolhimento, realização e lançamento.
- B) Receita são: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- C) Despesa são: previsão, empenho, liquidação e pagamento.
- D) Despesa são: fixação, empenho, liquidação, pagamento e lançamento.
- E) Receita são: fixação, recolhimento, arrecadação e lançamento.

Questão 50

De acordo com o descrito na Lei Orgânica do Município de Várzea Grande (MT), é correto afirmar que o sistema de controle interno mantido pelo Poder Executivo tem como finalidade:

- A) criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa; acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento; avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.
- B) acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento, realizar exames prévios à liquidação da despesa, avaliar os resultados das licitações e verificar a execução dos contratos.
- C) realizar auditorias das secretarias, avaliar os resultados alcançados pelos administradores, realizar a contabilização dos fatos contábeis, realizar a prestação de contas do chefe do Poder Executivo.
- D) assessorar o chefe do Poder Executivo a respeito da correta gestão orçamentário-financeira e patrimonial sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.
- E) realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional, com vistas a verificar a legalidade e legitimidade de atos de gestão.